

MARCUSE EM POLÊMICA

S Ó agora nos é possível inserir nas páginas da *Seara* os artigos que em Fevereiro deste ano nos foram enviados em resposta à crítica de António Reis ao livro de Jofre Amaral Nogueira "Um Humanismo à Nossa Medida", e mais especificamente à sua interpretação do pensamento de Marcuse. Infelizmente, a morte de Jofre Amaral Nogueira, entretanto ocorrida, impede que a polémica ora iniciada prossiga com a sua participação. De qualquer forma, assim se dá um contributo para que se cumpra um dos seus desejos mais acirrados, expresso no prefácio à sua obra: "No amodorramento simulado ou real em que vegetam tantos de nós, é preciso que haja problemas, que as ideias crepitem ao fogo da discussão, que os catecismos sejam postos em causa, que as "consciências" tranquilas sejam acordadas e ganhem consciência. As fogueiras deste jaez devem ser alimentadas constantemente com novas achas. Por isso, cumprimos aqui também uma obrigação moral, e se alguma coisa temos que pedir ao leitor é que contribua outrossim com as suas, para que a fogueira se não extinga, para que a sua luz nos ilumine, para que o seu calor nos reactiva — aquecendo de lés a lés este país com a fecundidade das dúvidas, o amor do convívio intelectual e do comércio de razões, o apaixonado gosto da renovação doutrinária e, portanto, da constante acção criadora do pensamento e das mãos."

MARCUSE EM QUESTÃO

por Jofre Amaral Nogueira

N UM dos últimos números desta revista, António Reis faz um comentário quase sistemático ao meu livro *Um Humanismo à Nossa Medida*. Agradou-me sobremaneira esse comentário, por se tratar efectivamente duma crítica. E não serei eu que lhe responda, na medida em que aí são apreciados, directa ou indirectamente, os méritos e desméritos da obra publicada. Todavia, como então escrevi no respectivo prefácio, os temas por mim abordados eram objecto de importantes debates, que eu não iniciava nem pretendia encerrar, entendendo que a sua discussão deveria continuar-se, para que num país intelectualmente amodorrado como o nosso — e tão prisioneiro de espantosas apatias ou indiferenças, quanto, outras vezes, de primários ou irreflectidos "slogans" — se desenvolvesse "a fecundidade das dúvidas, o amor do convívio intelectual e do comércio de razões, o apaixonado gosto de renovação

doutrinária e, portanto, da constante acção criadora do pensamento e das mãos".

É neste âmbito e com esse espírito que venho desta vez discutir aquilo que nessa crítica se diz sobre Marcuse, em oposição ao que eu escrevera. As referências que faço ao meu ensaio ou às opiniões que nele defendi, peço ao leitor que as entenda, nunca como tentativa de justificação própria (e, por consequência, como esforço para defender a qualidade do trabalho criticado), mas como o natural afrontamento entre duas opiniões diversas que, por força das circunstâncias, se localizaram nalgumas páginas do meu livro ou nelas tiveram o ponto de partida da sua formulação. Na verdade, não serei eu, mas Marcuse, quem está em questão. Não haveria suficientes motivos, no caso contrário, para prosseguirmos com esta troca de impressões, que espero nos seja proveitosa, exactamente por isso mesmo.

1 - Acusa-me António Reis de ter sobrevalorizado “estranhamente a influência exercida por Heidegger, que foi mínima, e circunscrita a um ensaio de 1928 e à sua tese *A ontologia de Hegel e a teoria da historicidade*, deixando de se verificar ou diluindo-se completamente nas obras posteriores”. E observa-me que “mais do que uma interpretação do marxismo à luz do existencialismo heideggeriano (frase minha, pp. 221) é o contrário que nos parece suceder”, notando ainda que, na combinação marcusiana de Hegel, Marx, Heidegger e Freud, é Marx que assume o papel básico, enquanto Heidegger nos surge episodicamente.

É certo que eu afirmara (pp. 214) que esses quatro homens “exerceram no pensamento de Marcuse uma influência decisiva”. Mas é também certo que, na página 221, ao referir-me bem explicitamente à explicação do homem a partir da sua história, como um dos pontos fundamentais do pensamento marxista, em oposição a tradicionais categorias essencialistas, afirmo que será neste ponto (os sublinhados serão sempre meus) que Marcuse vai tentar uma interpretação do marxismo à luz do existencialismo heideggeriano”. Ao contrário do que A. R. parece ter imaginado, o facto surge aqui bem circunscrito ou limitado, tanto mais que acrescentei: “Nisto, segundo Marcuse, o marxismo se conjugará, afinal, com a atitude básica da filosofia heideggeriana”.

Não creio, por isso, que tenha havido qualquer sobrevalorização da influência de Heidegger ou qualquer minimização do papel de Marx quando tudo se reduz a um só e bem determinado ponto de convergência (para Marcuse) das duas doutrinas. Parece-me óbvio, além disso, que, nessa convergência, perfeitamente localizada, das duas formas de pensamento, falar de “uma interpretação do marxismo à luz do existencialismo heideggeriano” ou de uma interpretação do existencialismo heideggeriano à luz do marxismo, seriam apenas duas maneiras aparentemente diversas de nos darmos conta do mesmo facto, embora visto de um ou de outro dos lados. A frase, de qualquer modo, não pode isolar-se do seu contexto, daquele “neste ponto” ou daquele “nisto” que a limita. Onde se encontrará, nestas circunstâncias, aquela “sobrevalorização”, ainda por cima “estranha”, de que sou acusado? Não haverá aqui, afinal, uma estranha gratuitidade crítica?

No entanto, acrescentarei agora que considero esse ponto de grande importância teórica, por quatro motivos:

a) - porque esse aproveitamento da filosofia de Heidegger por Marcuse denotou desde logo uma atitude fundamental e característica do pensador marxista: a sua disposição em enriquecer a doutrina de Marx com todos os contributos posteriores do pensamento e da ciência, tornando-a algo de vivo, sem deixá-la anquilosar em receituários dogmáticos e repetitivos, como sucedeu em tantos outros casos;

b) - porque essa doutrina da historicidade do homem, condensada ou definida à luz do existencialismo, se opõe nitidamente a todas as ambiguidades que surgiram em diversas interpretações do marxismo (sobretudo a propósito dos *Manuscritos*) na base de critérios essencialistas, acerca da natureza do homem e da sua alienação;

c) - porque me parece que, no caso do aproveitamento da doutrina de Freud, é ainda esse critério de historicidade que está na base da interpretação marcusiana das categorias biológicas e psíquicas freudianas;

d) - porque a versão de Marcuse nos dá uma alternativa bem diversa e muito mais fecunda duma convergência entre o marxismo e o existencialismo do que a que veio posteriormente a ser proposta por Sartre.

2 - Parece incorrecta a António Reis a minha afirmação de que o Marx de Marcuse é o jovem Marx. Mas devo chamar-lhe a atenção, desde já, para a forma exacta que eu dei a tal afirmação, ao acrescentar: “ou seja, por consequência, aquele precisamente que colocou os problemas do homem no âmbito da terminologia filosófica, o que não significa, evidentemente, que o tenha

restringido a uma questão filosófica” (pp. 219-20). De resto, como pode ver-se num outro dos ensaios, não existe para mim uma ruptura entre o jovem Marx e o Marx de *O Capital*, o que imediatamente concede à minha afirmação um significado muito diverso daquele que teria no caso contrário e coloca todo o problema em relação com o que existe de específico na fase final da evolução do pensamento do autor da *Contribuição para a crítica da Economia Política*, ou das obras contemporâneas e posteriores a essa.

Afirma A. R., na contestação dessa afirmativa, que o capítulo de *Razão e Revolução* consagrado a Marx apresenta quase tantas citações daquela *Contribuição* e de *O Capital*, como dos *Manuscritos* e da *Ideologia Alemã*, mas o argumento (que chamarei “estatístico”) não me parece relevante, porque, nem isso demonstra que Marcuse haja abandonado o âmbito filosófico bem acentuado desse seu livro com tais citações, nem estas serão caracterizadoras de tudo aquilo que nas obras económicas-políticas de Marx vem acrescentar-se, como matéria ou atitudes novas, às posições políticas-filosóficas que exprimira já nos *Manuscritos* e na *Ideologia*. A escolha de *Razão e Revolução* surge ainda como algo de insólito, pois tenho de reconhecer que se foi, na verdade, seleccionar aquela obra de Marcuse que constitui o exemplo mais frisante, entre as que não se confinam à filosofia, da dominância filosófica nas análises do pensador em questão.

Outro argumento que se me opõe é a contradição que existiria entre duas frases minhas. A pp. 227-8 escrevi sobre Marcuse que “muito pouco ele retém de *O Capital*, para lá da alienação do homem através da coisificação com que se estrutura a vida social-económica dentro do sistema capitalista”. A pp. 272 afirmo, por outro lado, que “a conclusão mais genérica de Marx, aquela em que todas as outras se resumem e de que derivam”, e que se pode retirar de *O Capital*, é a de que “a sociedade capitalista era por essência uma sociedade anti-humana porque não funcionava em razão das pessoas mas em razão das coisas, das mercadorias, ou seja, porque alienava o homem, substituindo as relações entre homens por relações entre coisas”. Uma vez que tal é também um ponto fundamental do pensamento de Marcuse, António Reis vê uma contradição entre estes dois textos, na medida em que eu afirmaria uma ligação exclusiva do autor de *Razão e Revolução* ao pensamento do jovem Marx e apontaria, depois, como seu traço básico o que nos surge também como básico em *O Capital*. Porém, como se vê nas próprias transcrições feitas, o que se afirmara é que Marx pouco retém de *O Capital* para lá da alienação do homem através da coisificação, e aquilo de que se trata no segundo texto é precisamente dessa alienação ou coisificação, só a partir da qual Marcuse pouco reterá de *O Capital*. A contradição, portanto, não existe.

Mas parece-me que o problema subsistirá, apesar da pouca pertinência dos dois argumentos. Considero mesmo que aquela minha expressão “muito pouco” não foi das mais felizes. Com efeito, para além da doutrina da alienação, Marcuse utiliza como pontos de apoio da sua análise político-social duas ideias fundamentais: a da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção vigentes; a da irracionalidade do sistema capitalista. Poderemos dizer, sem dúvida, que as noções de alienação, da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção, da irracionalidade do sistema capitalista, são correlativas ou complementares. Mas será difícil, em boa verdade, “encaixar” estas duas últimas naquele “muito pouco” que me escapou do correr da máquina.

Apesar disso, continuo a pensar que Marcuse rejeita ou esquece precisamente aquilo que caracteriza *O Capital* como obra derradeira de Marx e a expressão definitiva da evolução do seu pensamento. É bem certo que, ao fazer a análise económica da sociedade capitalista, sob a forma duma crítica da economia política clássica, o companheiro de Engels foi encontrar o que ambos apelidaram de fundamento científico para o seu ideário

socialista. Se as conclusões se inserem, dum modo geral, na continuidade do que pensavam desde há muito, o que surge de novo e próprio dessa fase é toda essa laboriosa e minuciosa fundamentação teórica de carácter económico-social, cuja base é constituída pela descoberta da teoria da mais-valia. No **Homem Unidimensional** (ed. fr., pp. 65) o valor dessa pedra angular do marxismo é abertamente posto em dúvida, relativamente às formas actuais do capitalismo nas sociedades altamente industrializadas, como já observei a pp. 229-30 do meu livro. São numerosas, de resto, as passagens em que Marcuse considera as teses específicas e concretas de Marx ultrapassadas pela evolução do sistema, além de que a sua teoria, dum modo geral, substitui a fundamentação económica do marxismo, substância de **O Capital**, por uma fundamentação **biológica-social**. Chega a pensar que a noção marxista “do socialismo ainda não representa, ou talvez não represente mais, aquela negação determinada do capitalismo que deveria representar na realidade” (**O Fim da**

Utopia, ed. br., pp. 14). Se não fosse assim, finalmente, como poderia Marcuse estabelecer a sua teoria fundamental de que as sociedades modernas altamente industrializadas nos oferecem uma realidade nova, diversa daquela em relação à qual se formulou o marxismo clássico?

3 – Pensa António Reis, baseando-se no texto mais recente de Marcuse, **Vers la libération**, que, quando este fala de integração de classe operária americana no sistema capitalista “é sempre no sentido subjectivo e não objectivo, pois o papel que ela desempenha no processo da produção continua a ser antagónico em relação ao da burguesia”. E cita, em abono da sua opinião, uma passagem desse livro, em que se afirma que “objectivamente, em si, os trabalhadores continuam a constituir virtualmente a classe revolucionária, subjectivamente, e para si, é que isso já não é verdade”. Poder-se-iam ainda referir muitas outras passagens da mesma obra, que concordam nesse sentido, assim como diversas declarações de princípio, em obras anteriores, nas quais Marcuse expressamente admite que o proletariado conservará uma função histórica-social oposta ao regime capitalista.

Mas tomemos cuidado com as palavras, cujo sentido exacto nem sempre é o que se lhes atribui correntemente. Quando Marcuse nos fala, em **Vers la libération**, do papel revolucionário virtual da classe operária, os alicerces dessa atitude não serão já bem os mesmos que por regra consideramos, pois “a revolta terá a sua raiz na natureza profunda do indivíduo, na sua “biologia”, e sobre estas bases novas (os sublinhados continuam a ser meus) os rebeldes poderão redefinir a estratégia e os fins da luta política, único contexto onde se podem assinalar objectivos concretos ao empreendimento de libertação” (pp. 13). Para além disso existe ainda, na sua obra, uma curiosa oscilação ou variação de atitudes, não só no plano sincrónico de cada uma das suas fases, mas mais marcadamente entre os escritos actuais e os anteriores, como já assinala a pp. 245-7 do meu livro.

Sobre esta diferença entre a integração subjectiva e a integração objectiva, que António Reis considera de sempre, leia-se a pp. 60 do **Homem Unidimensional** o seguinte: “Estas modificações do aspecto do trabalho e dos instrumentos de produção modificam a atitude e a consciência dos trabalhadores. A prova disso está feita com a “integração social e cultural” da classe operária na sociedade capitalista, assunto tão debatido. Trata-se apenas duma modificação de consciência? A resposta afirmativa que os marxistas dão frequentemente a esta pergunta parece estranhamente inconsistente. Pode-se compreender que a consciência se modifique a tal ponto se não se registar uma modificação correspondente na “realidade social”? ...as relações que existem entre esta modificação e a transformação do processo produtivo opõem-se a uma semelhante interpretação”. Não será isto bastante claro?

Muitas outras passagens da obra de Marcuse desmentem também que ele tenha encarado sempre a integração da classe

operária no sistema capitalista como um fenómeno apenas subjectivo. Logo no prefácio do **Homem Unidimensional** se fala na “assimilação das forças e dos interesses contrários num sistema ao qual se opunham nas etapas anteriores do capitalismo” (pp. 7) e se afirma que “procurei mostrar no meu livro que a neutralização ou absorção das forças realizadoras (...) não é somente um fenómeno de superfície, mas nasce do próprio processo de produção” (pp. 11). A pp. 21, diz-se que, nos sectores mais evoluídos da sociedade contemporânea, “um interesse poderoso une os antigos adversários para manter e reforçar as instituições”, embora se distinga entre os interesses imediatos e os autênticos. A pp. 80 dirá que “é preciso não encarar este fenómeno como um problema intelectual ou moral” e que se “trata mais dum processo social objectivo, na medida em que a produção e a distribuição duma quantidade crescente de mercadorias e de serviços criam uma atitude racional de conformidade à tecnologia”. Em **O Marxismo Soviético** defende a tese de que o reformismo da II Internacional foi a confirmação de que “uma modificação fundamental tinha intervindo nas condições objectivas e subjectivas da revolução”, e que a política da classe operária “reflectia muito exactamente a condição económica e social da maior parte do movimento operário nos países industriais avançados” (pp. 32-35).

Quanto ao papel histórico do proletariado também as ideias de Marcuse se não qualificam pela sua coerência ou correspondem à versão definida por António Reis. No **Homem Unidimensional** escreve que, agora, os trabalhadores “estão em vias de perder a autonomia profissional que fazia deles uma classe à parte, diferente dos outros grupos activos, porque ela era uma contestação viva da sociedade estabelecida” (pp. 58). No **Fim da Utopia** será ainda mais explícito, ao dizer: “Se Marx viu no proletariado a classe revolucionária, isto ocorreu ainda e talvez principalmente porque o proletariado estava liberto das necessidades repressivas da sociedade capitalista, porque nele se podiam desenhar as novas necessidades de liberdade, que não podiam ser sufocadas por aquelas, velhas e dominantes. Hoje, na maior parte dos países capitalistas altamente desenvolvidos, essa autonomia não é mais possível. Os trabalhadores não mais representam a classe que leva em si a negação das necessidades existentes” (pp. 24).

Parece-me, pois, que esta tese da separação das integrações subjectiva e objectiva não corresponde efectivamente às posições durante tanto tempo assumidas por Marcuse e constituirá, como atrás vimos, nas suas próprias palavras, uma opinião “estranhamente inconsistente”. António Reis fala-nos duma atitude mais optimista quanto às possibilidades de alteração do sistema do **Vers la libération**, relativamente a **Homem Unidimensional**, escrito em 1964, último ano de uma formidável expansão do sistema capitalista americano, a que se tem seguido uma nítida desaceleração. Nestes termos extremamente eufemísticos, aponta-se afinal para o nó da questão. Impressionado com essa expansão, Marcuse tomou como duradouro ou definitivo, na sua análise das sociedades industrializadas, o que não tardou a revelar-se transitório. Daí as suas actuais dificuldades teóricas. Foi isso que eu pretendi apontar no meu ensaio, mas A. R. considera os meus argumentos dirigidos contra a existência duma integração subjectiva, o que é, sem dúvida, uma tolice, mas da qual não sou responsável.

4 – Afirma António Reis que a análise de Marcuse se circunscreve aos Estados Unidos, o que não é verdade. Não só abundam no **Homem Unidimensional** as referências à Inglaterra, à Alemanha, ao Japão, à França e à Itália, como Marcuse, entre muitas outras expressas indicações no mesmo sentido, diz: “A minha análise está centrada sobre as tendências das sociedades contemporâneas mais avançadas” (pp. 26).